

# País negocia as dívidas de seus vizinhos

CÉSAR FONSECA  
Da Editoria de Economia

O Governo brasileiro está estudando uma forma de liquidar a dívida de 3 bilhões de dólares de que é credor junto a diversos países latino-americanos. Uma comissão composta de técnicos do Ministério da Fazenda, do Banco Central e da Caçex elaborará várias alternativas de negociação que deverão estar concluídas em outubro.

As negociações em busca de um acordo tornaram-se necessárias, segundo um assessor ministerial, para permitir a continuidade do fluxo de comércio entre o Brasil e seus vizinhos latino-americanos que, no momento, estão sofrendo solução de continuidade. É importante solucionar essa dívida intralatino-americana, diz, para permitir expansão mais rápida das negociações bilaterais e o fortalecimento do comércio regional.

Uma das alternativas ainda em estudo — pois não existe nada de concreto em pauta, a não ser ideias gerais — é promover o mesmo tipo de negociação que o Brasil fez com os seus credores internacionais. No caso, seria a transformação da dívida em investimentos diretos nos países devedores. Seria indispensável, para tanto, que o Governo brasileiro estimulasse os empresários nacionais a se interessarem a investir nos países latino-americanos devedores do Brasil. Os investidores, naturalmente, obteriam descontos substanciais dos títulos da dívida no mercado secundário, realizando, dessa forma, negócios promissores, a exemplo do que os investidores estrangeiros fazem neste momento em relação à dívida brasileira junto aos credores internacionais. Estes vendem a dívida com desconto e os compradores transformam-na em capital no País.

Até outubro, os técnicos do Ministério da Fazenda, do Banco Central e da Caçex disporão de um elenco de alternativas para que as negociações possam ser iniciadas. Os principais países devedores do Brasil são o Peru, Bolívia e Colômbia, entre outros. O comércio bilateral com a Argentina não sofreu solução de continuidade porque existe equivalência comercial nas relações bilaterais Brasil-Argentina, pois tanto o Brasil é credor quanto devedor, de forma que ao final de cada exercício os

dois países promovem acordos. Em relação aos demais países, isso é impossível de fazer, porque o Brasil é apenas credor, não existe, praticamente, um intercâmbio bilateral.

A dinamização do comércio regional latino-americano é importante como forma de os países se prepararem contra possíveis retaliações comerciais por parte dos Estados Unidos, a partir da nova lei comercial norte-americana, aprovada pelo presidente Ronald Reagan. As exportações brasileiras, como as dos demais países latino-americanos para os Estados Unidos, poderão sair prejudicadas depois da aprovação da nova lei comercial que impõe cerceamentos aos competidores comerciais dos Estados Unidos.

O volumoso déficit comercial norte-americano, superior a 200 bilhões de dólares, é o principal motivo que gerou a lei comercial, aprovada em plena campanha presidencial nos Estados Unidos. O Partido Democrata defende o protecionismo comercial, e como ameaça chegar à Casa Branca com esse discurso de apelo popular — já que o déficit contribuiu para reduzir o nível de emprego interno nos EUA e condenou as empresas norte-americanas por falta de competitividade internacional —, o presidente Reagan, para fortalecer o Partido Republicano, cedeu às pressões e abandonou sua posição anterior em favor de mais ampla liberdade comercial.

## AMEAÇA PERIGOSA

A disposição norte-americana de combater o déficit comercial deverá se materializar através de uma maior desvalorização do dólar, a partir do próximo ano, para que as exportações dos Estados Unidos cresçam. Como a política econômica do feijão-com-arroz do ministro da Fazenda se apóia na restrição do mercado interno e no estímulo às exportações, e sendo o mercado norte-americano o principal abastecedor das exportações brasileiras, estas deverão ser sensivelmente prejudicadas pelo protecionismo comercial.

Os economistas do Ministério do Planejamento trabalham com duas hipóteses quanto ao comportamento da economia brasileira para o próximo ano, em razão das incertezas na área externa.